

# AGRUPAMENTO DE ESCOLAS RODRIGUES DE FREITAS



CRITÉRIOS TRANSVERSAIS DE AVALIAÇÃO “Avaliar Para Aprender e  
Avaliar Para Melhorar”

**2023/2026**

**Diz-me como avalias e dir-te-ei quem és como profissional e como pessoa.  
(Guerra: 2003)**

## INDICE

Preâmbulo -----	3
A avaliação no processo de ensino e de aprendizagem no agrupamento -----	4
Princípios que norteiam a avaliação no AERF -----	4
Princípio da transparência -----	4
Princípio da integração curricular -----	5
Princípio da positividade -----	5
Princípio da diversificação -----	5
Princípio da melhoria da aprendizagem -----	5
Modalidades da avaliação -----	6
Avaliação versus classificação -----	9
Apuramento da classificação a atribuir no final de cada período -----	9
Expressão da avaliação sumativa em cada ciclo de escolaridade -----	10
Processos de recolha de informação -----	10
Critérios transversais de avaliação -----	12

Referencial transversal para a avaliação das aprendizagens -----	14
Ponderação dos vários domínios nos diferentes ciclos de ensino e nas diferentes modalidades de ensino (presencial, misto e à distância) -----	16
Avaliação específica dos alunos abrangidos por medidas adicionais de suporte à aprendizagem e inclusão -----	16
Avaliação específica da educação pré-escolar -----	17
Avaliação das aprendizagens desenvolvidas nos domínios de autonomia curricular (DAC) -----	17
Avaliação do documento -----	18
Glossário -----	18
Referências legislativas -----	20
Bibliografia -----	21

## **Preâmbulo**

O documento Critérios Transversais de Avaliação do Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas resultou de um largo conjunto de ideias partilhadas e de muitas reflexões construídas ao longo da ação de formação A141.22/23 "Avaliação nos ensinos básico e secundário: como avaliar para o sucesso educativo?".

Tendo em conta o quadro conceptual adotado na construção do referencial transversal para a avaliação das aprendizagens, o papel do professor deve ser entendido como um mediador entre o aluno e a aprendizagem, um gestor, um facilitador e orientador das ações do aluno que possam viabilizar e favorecer a sua aprendizagem. Espera-se que o aluno se envolva na sua própria aprendizagem e aprenda a tirar partido da comunicação que constitui a avaliação. Ao aluno é reconhecido um papel relevante na procura de construção de significados e no ajuste de representações que partam das suas ideias, nomeadamente através do diálogo sobre a sua aprendizagem.

## **1. A avaliação no processo de ensino e de aprendizagem no Agrupamento**

A cultura de escola do Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas (AERF) assenta no lema **“Uma escola promotora de liberdade e democraticidade”**, explanado no Projeto Educativo, em linha com os diferentes documentos orientadores<sup>1</sup>. O AERF **promove um processo de ensino e de aprendizagem, que resulta de decisões de organização e gestão curricular, baseado em estratégias e metodologias ativas, centradas no aluno, de acordo com o novo paradigma curricular, integrador, e focado no desenvolvimento das dez áreas de competências do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).**

A avaliação, como parte integrante deste processo, deve revestir-se de requisitos primordiais: ser fundamentalmente formativa, contínua, sistemática, e fornecer ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e restantes intervenientes do processo avaliativo informação sobre o desenvolvimento do percurso aprendiz, a qualidade das aprendizagens realizadas e os compromissos para a sua melhoria, através da recolha de diversas evidências do trabalho realizado.

Desta forma, o **paradigma de avaliação do AERF assume-se com um carácter pedagógico**, que respeita os diferentes ritmos de aprendizagem, e **autorregulador**, que incentiva o aluno a um compromisso responsável com o seu percurso escolar, no sentido de superar as suas dificuldades e valorizar as suas conquistas. Assim, este modelo preconiza uma avaliação **PARA** as aprendizagens, a partir da qual os professores implementam estratégias de melhoria contínua, fornecendo *feedbacks* pedagógicos, estrategicamente desenhados, e promovem uma constante reflexão sobre o processo avaliativo.

### **1.1. Princípios que norteiam a avaliação no AERF**

#### **1.1.1. Princípio da transparência**

A avaliação deve ser um processo transparente e acessível a todos os intervenientes (alunos, pais e encarregados de educação, diretores de turma, coordenadores de departamento/área disciplinar). Como tal, no processo de avaliação, devem ser dados a conhecer os critérios, as finalidades, os procedimentos, os momentos, os intervenientes e os mecanismos de recolha de informação a utilizar.

---

<sup>1</sup> Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), Aprendizagens Essenciais (AE), Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) e Orientações do Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE)

### **1.1.2. Princípio da integração curricular**

A avaliação **PARA as** aprendizagens (avaliação formativa) e a avaliação **DAS** aprendizagens (avaliação sumativa) devem contribuir, complementarmente, para integrar, de forma proficiente, o aluno nas Aprendizagens Essenciais (AE) do currículo: uma avaliação fortemente articulada por um processo dinâmico da aprendizagem e do ensino, em que a decisão pedagógica tem sempre em vista a autorregulação de processos e resultados e o desenvolvimento da sua autonomia do aluno.

Assim, é fundamental alinhar a avaliação com o currículo, as metodologias e as estratégias utilizadas para o desenvolver, fazendo coincidir as tarefas de aprendizagem com as de avaliação e de ensino.

### **1.1.3. Princípio da positividade**

A avaliação deve permitir ao aluno evidenciar os seus pontos fortes e não, de forma redutora, apenas as suas fragilidades, dando-lhe a oportunidade de mostrar o que sabe e é capaz de fazer, nomeadamente através de múltiplos meios de ação, de representação, de envolvimento e de expressão.

### **1.1.4. Princípio da diversificação**

A avaliação, planeada estrategicamente e apoiada em critérios transversais e específicos, tem de recorrer a diferentes instrumentos de recolha de informação.

### **1.1.5. Princípio da melhoria da aprendizagem**

A avaliação não se restringe à atribuição de classificações, constituindo-se como um forte contributo para a construção das aprendizagens pelos alunos e dando *feedback* do seu progresso e desempenho.

## **1.2. Modalidades da avaliação**

A avaliação pedagógica integra duas modalidades, a **avaliação formativa** (avaliação **para** a aprendizagem) e a **avaliação sumativa** (avaliação **das** aprendizagens).

A **avaliação formativa** assume carácter contínuo e sistemático, recorrendo a uma variedade de procedimentos, técnicas e processos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens, aos destinatários e às circunstâncias em que ocorrem – ensino presencial, misto e à distância. Nesse contexto, e de acordo com Wiggins, o *feedback* revela-se determinante na avaliação formativa, com um claro impacto no desempenho do professor, na aprendizagem autorregulada e no desenvolvimento da capacidade reflexiva e autoavaliativa do aluno.

Segundo Domingos Fernandes, a avaliação formativa corresponde a uma avaliação interativa, focada nos processos cognitivos dos alunos e associada aos processos de *feedback*, de regulação, de autoavaliação e de autorregulação das aprendizagens. Desta forma, a avaliação formativa é uma atividade que deve decorrer antes, durante e após o processo de ensino e de aprendizagem, podendo, só assim, garantir a plena regulação das aprendizagens dos alunos.

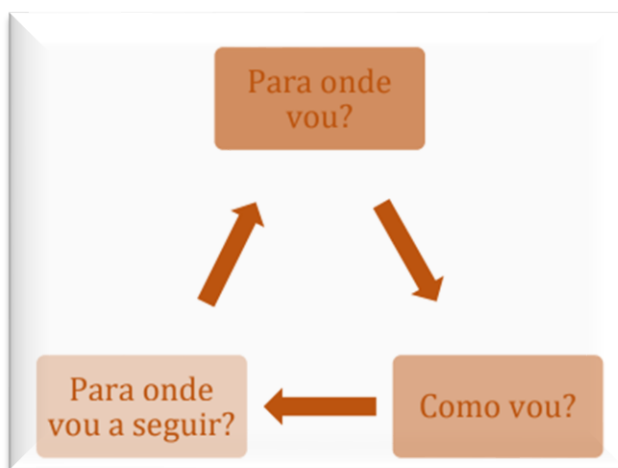


Figura 1 – Regulação do processo de ensino e de aprendizagem (Hattie e Timperly (2007))

A **avaliação sumativa** traduz-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e a certificação.



Figura 2 – Esquema da avaliação pedagógica

A avaliação formativa e a sumativa não são diferentes no seu tipo, mas sim nos seus propósitos, procedimentos e instrumentos.



Figura 3 – Esquema da avaliação **para a** aprendizagem (adaptado de Harlen 2006)



Figura 4 – Esquema da avaliação **da** aprendizagem (adaptado de Harlen 2006)

Através destas **formas de avaliação complementares**, são recolhidas informações relevantes, rigorosas e úteis que permitem acompanhar a evolução das aprendizagens dos alunos e, em momentos específicos, atribuir-lhes uma determinada classificação, no contexto de um processo de avaliação contínua. Sabendo-se que a avaliação formativa e a sumativa têm inserções pedagógicas distintas, embora complementares, apresentam-se, na figura 5, as suas especificidades.



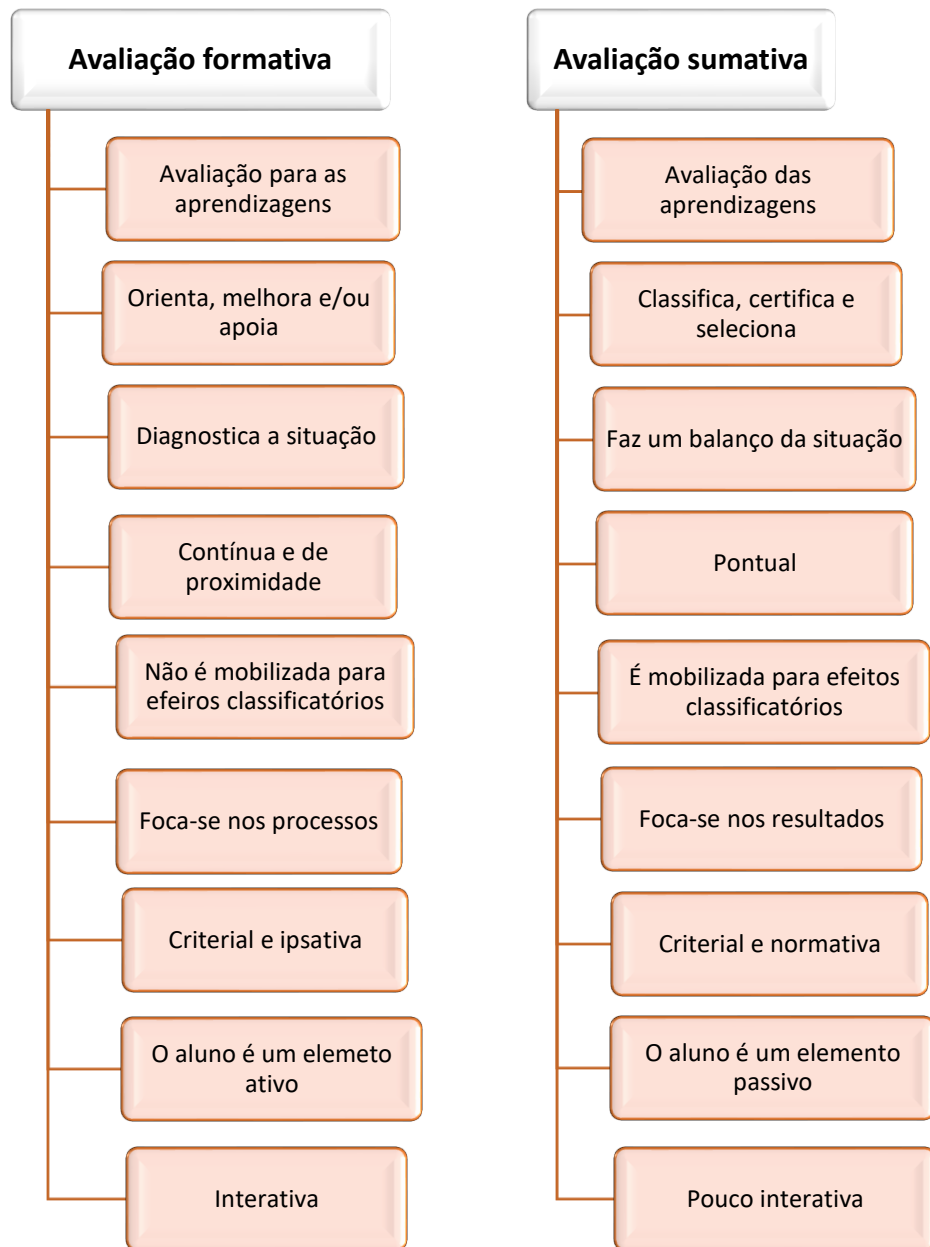


Figura 5 - Especificidades da avaliação formativa e da avaliação sumativa

Para além destas modalidades, a **avaliação diagnóstica** também desempenha um papel importante, pois permite a recolha de informações sobre os conhecimentos, as habilidades e competências dos alunos, antes de se abordar um novo tema. Este diagnóstico é fundamental para uma aprendizagem mais significativa e proficiente, constituindo-se como pontes cognitivas facilitadoras da aprendizagem.

### 1.3. Avaliação versus Classificação

A avaliação, intrinsecamente articulada com o ensino e a aprendizagem, é um processo

eminentemente pedagógico, é partilhada e privilegia a sua vertente formativa, criando oportunidades de autorreflexão.

A classificação é um processo que conduz à atribuição de uma nota por aplicação de um algoritmo, com base numa escala, tendo como referência um conjunto de critérios ou parâmetros.

### 1.3.1. Apuramento da classificação a atribuir no final de cada período

Os momentos de recolha de dados para avaliação sumativa devem ser, por via de regra, dois por período, salvo nas disciplinas com carga horária inferior a tempos letivos semanais.

A classificação, em cada período, deve **refletir a evolução do aluno**, sem qualquer ponderação, de acordo com o que a seguir se apresenta:

- 1º período: A classificação final tem em conta todos os elementos de avaliação recolhidos durante o 1º período, de acordo com os resultados da aplicação do processo avaliativo.
- 2º período: A classificação final tem em conta todos os elementos de avaliação recolhidos durante os 1º e 2º períodos, de acordo com os resultados da aplicação do processo avaliativo.
- 3º período: A classificação final tem em conta os elementos de avaliação recolhidos durante os 1º, 2º e 3º períodos, de acordo com os resultados da aplicação do processo avaliativo.

### 1.3.2. Expressão da avaliação sumativa em cada ciclo de escolaridade

As menções qualitativas a atribuir nos instrumentos de avaliação são aferidas, de acordo com o quadro 1, consoante o nível de ensino do aluno.

No 1º ciclo, apenas se atribuem menções qualitativas, tal como se mostra no quadro I.

Quadro I – Menções qualitativas no 1.º ciclo

1.º ciclo do Ensino Básico
Insuficiente
Suficiente
Bom
Muito Bom

No 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico (CEB) é usada uma escala de 0 a 100% e de 0 a 200 pontos, no Ensino Secundário (ES).

Quadro II– Correspondência entre menção qualitativa e classificação

Menção Nível de ensino	Muito Bom	Bom	Suficiente	Insuficiente
<b>Ensino Básico (2º e 3ºciclo)</b>	90 a 100	70 a 89	50 a 69	Inferior a 50
<b>Ensino Secundário</b>	175 a 200	135 a 174	95 a 134	Inferior a 95

#### 1.4. Processos de recolha de informação

Os processos de recolha de informação para efeitos de avaliação devem ser diversificados de modo a permitir um conhecimento mais amplo e possibilitar o acompanhamento e monitorização das aprendizagens dos alunos. Cada aluno tem inteligências múltiplas, pelo que a qualidade do seu desempenho não se deve reduzir a um tipo exclusivo de evidências de aprendizagem. Uma avaliação alicerçada em vários tipos de evidências promove uma maior equidade.

Assim, a avaliação deve ser feita de forma integrada e inseparável (competências cognitivas /competências socioemocionais), tendo por referência as AE, que constituem a orientação curricular base, com especial enfoque nas áreas de competências inscritas no PASEO.

Os processos de recolha de informação avaliativa devem ser diversificados, pertinentes e selecionados tendo em conta a adequação ao tipo de informação procurada.

Na figura 6 apresentam-se diferentes processos de recolha de informação<sup>2</sup>, obtidos segundo as técnicas de inquérito, observação, análise de conteúdo e testagem.

---

<sup>2</sup> Todas as formas de recolha de informação devem prever as adaptações necessárias ao abrigo do DL nº54/2018. Os alunos de Português Língua Não Materna (PLNM) deverão ser, consoante a especificidade das restantes disciplinas, sujeitos a instrumentos de avaliação diferenciados e ajustados ao seu nível de proficiência linguística.

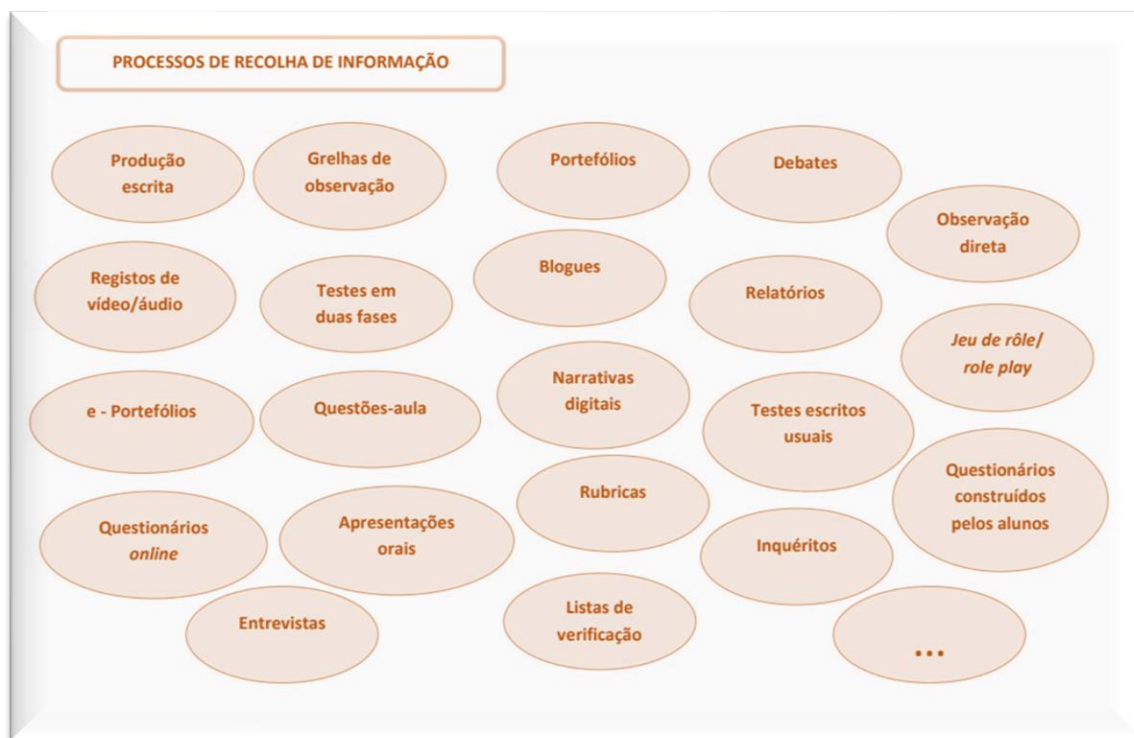


Figura 6 – Alguns processos de recolha de informação

As **rubricas**, utilizadas na aprendizagem por criação (por exemplo, no trabalho de projeto) obedecem a uma escala de níveis e possibilitam ao aluno planear o seu trabalho, gerindo os seus próprios objetivos de avaliação de acordo com a percentagem atribuída a cada critério, daí constituírem uma orientação para a autorregulação e para o compromisso aprendiz, avaliando competências múltiplas.

Os alunos devem ter conhecimento das rubricas e respetivos critérios, **a montante do início do processo** de construção do seu trabalho, e, inclusivamente, sempre que tal seja possível, participar na identificação e/ou ponderação de cada um dos critérios e na descrição dos desempenhos considerados relevantes para as aprendizagens a desenvolver.

Os trabalhos de pesquisa, os trabalhos de grupo e as apresentações (suportadas por qualquer formato) devem ser acompanhadas pela sua **defesa oral**, evidenciando a apropriação/o domínio aprendiz do seu conteúdo e as competências argumentativas que o(s) defendem, de modo a cumprir o estipulado no n.º 3, do Art.º 18.º, da Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, valorizando, deste modo, a competência da oralidade.

Sempre que se justifique, a realização de qualquer atividade deve ser orientada por **guiões de apoio**, que devem enunciar as aprendizagens essenciais e os objetivos a atingir pelo aluno.

Os momentos de recolha de informação com relevância para a avaliação sumativa devem ser agendados com conhecimento dos alunos (quando possível negociados), sendo estes

igualmente informados das AE que serão testadas.

No caso dos alunos que beneficiam de medidas seletivas e adicionais ao abrigo do decreto-lei nº 54/2018, de 6 de julho, os diversos processos de recolha de informação deverão ser **valorizados de acordo com as características específicas dos alunos e adaptações previstas** nos seus relatórios técnico-pedagógicos (RTP).

### 1.5. Síntese

Na figura 7 apresenta-se esquematicamente o entendimento atual do processo de avaliação.

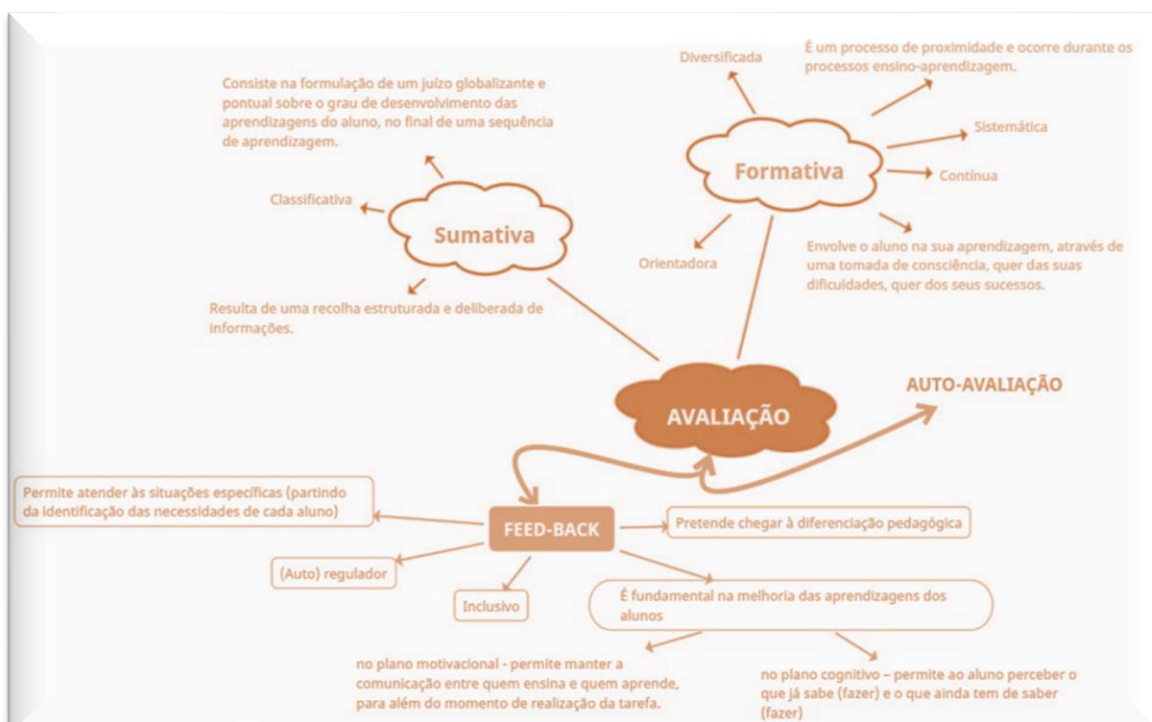


Figura 7 – Representação esquemática do quadro conceitual do processo de avaliação

## 2. Critérios transversais de avaliação

“Os critérios são designações que se selecionam através da análise cuidada dos elementos curriculares indispensáveis (e.g., Aprendizagens Essenciais, Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória) e que, em conjunto com os respetivos **descritores ou indicadores**, nos ajudam a identificar o que se consideram ser **as características ou os atributos que os desempenhos dos alunos devem ter** quando estão a trabalhar numa dada tarefa de avaliação.” (Fernandes, 2021).

Os critérios de avaliação devem igualmente ter por referência o Projeto Educativo (PE), em articulação com as orientações que constam da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)

Os critérios transversais de avaliação constituem-se como um referencial comum a todo o Agrupamento, independentemente do ano e da disciplina, pretendendo-se que o nível de desempenho evidenciado pelos alunos em cada uma das competências transversais vá melhorando de ano para ano.

No quadro III, apresenta-se o referencial transversal para a avaliação das aprendizagens no Agrupamento.

**Quadro III - REFERENCIAL TRANSVERSAL PARA A AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS**

<b>DOMÍNIO</b>	<b>ÁREAS DE COMPETÊNCIA DO PASEO</b>	<b>CRITÉRIOS</b>	<b>DESCRITORES</b>
<b>Cognitivo e metacognitivo</b>	Linguagens e textos	<b>Conhecimento e comunicação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utiliza diferentes linguagens e símbolos.</li> <li>• Aplica-as aos diferentes contextos de comunicação.</li> <li>• Domina capacidades nucleares de compreensão e de expressão.</li> </ul>
	Saber científico, técnico e tecnológico		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreende processos e fenómenos científicos e tecnológicos.</li> <li>• Aplica conhecimentos a novas situações.</li> <li>• Executa operações técnicas.</li> <li>• Constrói produtos e conhecimentos.</li> </ul>
	Raciocínio e resolução de problemas	<b>Rigor</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interpreta, planeia e conduz pesquisas.</li> <li>• Gere projetos e toma decisões para resolver problemas.</li> <li>• Pensa, observa, analisa e argumenta.</li> <li>• Desenvolve ideias e projetos criativos</li> </ul>
	Pensamento crítico e pensamento criativo		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pensa, observa, analisa e argumenta.</li> <li>• Desenvolve ideias e projetos criativos</li> </ul>
	Informação e comunicação		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valida e mobiliza informação.</li> <li>• Transforma a informação em conhecimento.</li> </ul>
<b>Socioemocional</b>	Informação e comunicação	<b>Comunicação e participação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colabora em diferentes contextos comunicativos.</li> </ul>
	Relacionamento interpessoal	<b>Cidadania</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperar e partilha.</li> <li>• Integra-se em dinâmicas de trabalho de equipa.</li> <li>• Interage com tolerância, empatia e responsabilidade.</li> <li>• Relaciona conhecimentos, emoções e comportamentos.</li> </ul>
	Desenvolvimento pessoal e autonomia		<ul style="list-style-type: none"> <li>• É responsável e autónomo.</li> </ul>
	Bem-estar, saúde e ambiente		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adota comportamentos que promovem a saúde, o bem-estar e o respeito pelo ambiente.</li> <li>• Manifesta consciência e responsabilidade ambiental e social.</li> </ul>
	Sensibilidade estética e artística		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhece, experimenta, aprecia e valoriza as diferentes manifestações culturais.</li> </ul>

**Quadro III - REFERENCIAL TRANSVERSAL PARA A AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS**

DOMÍNIO	ÁREAS DE COMPETÊNCIA DO PASEO	CRITÉRIOS	DESCRITORES
	Consciência e domínio do corpo		<ul style="list-style-type: none"><li>• Realiza atividades, domina a capacidade perceptivo-motora e tem consciência de si próprio a nível emocional, cognitivo, psicossocial, estético e moral.</li></ul>



Dos critérios comuns serão gerados critérios específicos de avaliação, para cada ano de escolaridade e disciplina, operacionalizando os domínios organizadores e respetiva ponderação de acordo com a especificidade de cada disciplina.

## 2.1. Ponderação dos vários domínios nos diferentes ciclos de ensino e nas diferentes modalidades de ensino (presencial, misto e à distância)

O quadro IV representa a ponderação atribuída ao domínio cognitivo e metacognitivo e ao domínio socioemocional, nas diferentes modalidades e nos diferentes ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

Quadro IV - Ponderação dos vários domínios nos diferentes ciclos de ensino e nas diferentes modalidades de ensino

Nível de Ensino		Domínios					
		Cognitivo e Metacognitivo			Socioemocional		
		Presencial	Misto	E@D	Presencial	Misto	E@D
Básico – 1.º e 2.º ciclos		70%	60%	50%	30%	40%	50%
Básico – 3.º ciclo		70%	60%	50%	30%	40%	50%
PIEF		60%	50%	50%	40%	50%	50%
Ensino Secundário: Cursos Científico-Humanístico	10.º ano	80%	70%	60%	20%	30%	40%
	11.º ano	85%	75%	65%	15%	25%	35%
	12.º ano	90%	80%	70%	10%	20%	30%
Ensino Secundário: Cursos Profissionais <sup>4</sup>	10.º ano	70%	60%	50%	30%	40%	50%
	11.º ano	75%	65%	55%	25%	35%	45%
	12.º ano	80%	70%	60%	20%	30%	40%

<sup>3</sup> O propósito pedagógico de os critérios transversais de avaliação dos Cursos Científico-Humanísticos (CCH) darem uma atenção apreciável ao domínio das competências socioemocionais no 10.º ano, resulta de os resultados da autoavaliação do Agrupamento mostrarem que, para este ano de escolaridade, existem alguns problemas que precisam de ser colmatados.

<sup>4</sup> A decisão pedagógica de os critérios transversais de avaliação dos cursos profissionais promoverem um investimento significativo no domínio das competências socioemocionais no 10.º ano (1.º ano do Curso) pretende evidenciar ao aluno a importância fundamental das competências socio-emocionais (*softs skills*) como angulares da sua socialização e como uma das exigências sociais para uma integração positiva no mercado de trabalho. A assunção de um perfil emocionalmente inteligente permite reforçar as competências, científicas e técnicas nos dois outros anos do curso profissional. A opção estratégica da valorização real destas competências tem também como objetivo promover o compromisso com a assiduidade e minimizar o abandono escolar pela desresponsabilização.

Na modalidade de Ensino à Distância (E@D), a avaliação decorrerá de acordo com os critérios transversais, adaptando-os aos processos de recolha de informação específicos.

## **2.2. Avaliação específica dos alunos abrangidos por medidas adicionais de suporte à aprendizagem e inclusão**

A avaliação dos alunos abrangidos por medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão realiza-se nos termos definidos na lei (respetivamente Ensino Básico ou Ensino Secundário), expressos no Relatório Técnico Pedagógico (RTP) e no Programa Educativo Individual (PEI).

## **2.3. Avaliação específica da educação pré-escolar**

Na sua especificidade a avaliação da Educação Pré-Escolar assume uma dimensão marcadamente formativa através de um percurso contínuo e interpretativo (de forma a apoiar as aquisições psico-cognitivas da criança nas suas etapas de desenvolvimento) que se foca mais nos processos do que nos resultados, na aquisição de formas interativas de conhecer, que procura tornar a criança protagonista da sua aprendizagem, de modo a que vá tomando consciência do que já conseguiu, das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassando. Segundo as Orientações do Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE) o processo permite “*Observar, registar, documentar, planear e avaliar, constituem etapas interligadas que se desenvolvem em ciclos sucessivos e interativos, integrados num ciclo anual. O conhecimento que vai sendo elaborado ao longo destes ciclos envolve um processo de análise e construção conjunta com a participação de todos os intervenientes (crianças, outros profissionais e pais/famílias), cabendo ao/à educador/a encontrar formas de comunicação e estratégias que promovam esse envolvimento e facilitem a articulação entre os diversos contextos de vida da criança*” (OCEPE, 2016, p.14).

Esta perspetiva de avaliação contextualizada e significativa (baseada em registos de observação e recolha de documentos situados no contexto) é realizada ao longo do tempo, em situações reais.

“A Educação Pré-Escolar não envolve nem a classificação da aprendizagem da criança, nem o juízo de valor sobre a sua maneira de ser, centrando-se na documentação do processo e na descrição da sua aprendizagem, de modo a valorizar as suas formas de aprender e os seus progressos.” (OCEPE, 2016, p.17). É uma avaliação para melhor apoiar a autonomia da criança,

o seu desenvolvimento psico-socio-afetivo, assegurando à criança condições para uma relação com a aprendizagem estruturada e feliz.

#### **2.4. Avaliação das aprendizagens desenvolvidas nos domínios de autonomia curricular (DAC).**

Os domínios de autonomia curricular (DAC), sendo áreas de confluência de trabalho interdisciplinar e/ou de articulação curricular, desenvolvidas a partir da matriz curricular base, constituem-se como uma opção curricular de trabalho interdisciplinar dos professores de uma turma com base numa planificação inscrita nos instrumentos de planeamento curricular, sendo uma metodologia potenciadora das aprendizagens.

Para as disciplinas implicadas no desenvolvimento de um DAC, a avaliação do aluno deve, necessariamente, refletir as aprendizagens por ele realizadas no âmbito da disciplina, quer no domínio cognitivo e metacognitivo, quer no domínio socioemocional. A avaliação do trabalho realizado pelos alunos no DAC deve contar em 20% para a avaliação das disciplinas implicadas.

### **3. Avaliação do documento**

Este documento será avaliado no final do ano letivo 2023/2024 recorrendo a questionários para obter opiniões e feedback. As questões incidirão sobre a clareza do documento, a sua abrangência, relevância para a prática letiva e se atende às necessidades do Agrupamento. Pretende-se assim, aprimorar e atualizar o documento, garantindo que ele seja um instrumento efetivo de gestão e orientação para a prática educativa da escola.

### **4. Glossário**

**Avaliação formativa** – É a avaliação para as aprendizagens, pois promove-as. Atua diretamente sobre o processo de aprendizagem, implicando que a tarefa do professor se baseie nos atos de: apoiar, orientar, reforçar e ajudar a corrigir. Tem uma função reguladora e autorreguladora, pois permite que: o professor reconheça os progressos dos alunos e resolva problemas rapidamente, ajustando estratégias e dispositivos; o aluno analise situações, reconheça e corrija eventuais erros nas tarefas, identifique pontos fortes e fracos e as áreas-alvo que precisam de ser trabalhadas. Proporciona regulação e autorregulação através do *feedback* dado e obtido por alunos e professores. Não resulta em aprovação ou retenção.

**Avaliação pedagógica** – É a avaliação que está ao serviço da melhoria das aprendizagens e do ensino. Integra a avaliação formativa, a avaliação sumativa que é utilizada para proporcionar *feedback* e a avaliação sumativa que é utilizada para atribuir classificações.

**Avaliação sumativa** – É a avaliação das aprendizagens. Realiza-se no final de uma sequência de aprendizagem (é pontual), geralmente no fim de uma unidade de ensino, módulo, curso, ciclo (interna/externa) e incide, frequentemente, sobre um trabalho, um teste, uma prova. Proporciona evidências do desempenho dos alunos com a finalidade de produzir um juízo, ou seja, recolhe informação para classificar. Avalia as aprendizagens enquanto produto. Determina o grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos; é usada para informar os outros acerca do aluno. Tem o objetivo social de pôr à prova para verificar. Classifica para certificar

**Classificar** – Significa atribuir uma classificação, seja ela uma menção, uma nota, um nível. Exprime um juízo de valor. É diferente de avaliar, mas concretiza os juízos produzidos pelas diferentes formas de avaliação, em particular a sumativa, numa nota

**Critérios de avaliação** – Critérios são princípios utilizados para julgar, apreciar, comparar. Capturam a essência do que é importante, central. São afirmações que se produzem a partir de elementos curriculares indispensáveis e que identificam as características ou os atributos que o desempenho dos alunos deve ter. São indicações claras acerca do que é importante que todos os alunos saibam ou sejam capazes de fazer e, logo, do que é importante ser avaliado. Devem ser especificações muito simples e breves formuladas para que seja possível descrever diferentes níveis de desempenho. Não são distribuições de ponderações ou de pesos por temas ou subtemas de um dado domínio ou unidade do currículo.

**Descritores de desempenho** – São metas por meio das quais se especifica o que o aluno deve revelar para mostrar o que está a aprender. Descrevem o nível de prossecução das aprendizagens/desempenhos esperados. Podem descrever o desempenho do aluno no total ou em termos de um dos critérios individualmente.

**Documentos curriculares** – Conjunto de documentos em que estão expressos os conhecimentos a adquirir, as capacidades e atitudes a desenvolver pelos alunos, designadamente perfis profissionais e referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), bem como as Aprendizagens Essenciais de cada componente de currículo, área disciplinar e disciplina, constituindo estas Aprendizagens Essenciais as orientações curriculares de base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem.

**Erro** – Na avaliação formativa, revela uma fase no processo de aprendizagem, identificando as dificuldades que o aluno está a ter. Funciona como uma oportunidade de aprendizagem, pois no âmbito da avaliação formativa, deve ser dada oportunidade ao aluno para colmatar o erro, melhorando a aprendizagem.

**Feedback** – É um comentário escrito ou oral, de natureza descritiva, não avaliativa. Ajuda a tornar os objetivos da aprendizagem claros para os alunos e a (re)orientar a sua aprendizagem, melhorando-a. Acontece durante a aprendizagem, quando ainda há tempo para agir sobre ela. É um conjunto complexo de componentes (*feedup*, *feedback* e *feedforward*) que respondem, respetivamente, a três perguntas essenciais: “para onde vou?”, “como vou?” e “como posso colmatar as lacunas?”. Assim, o *feedback*: - descreve as características e os objetivos da tarefa tendo em conta as intenções da aprendizagem, utilizando exemplos do que deve ser feito e evitado; - faz observações sobre os processos e estratégias de aprendizagem que o aluno desenvolve e sugestões de melhoria, ensinando o aluno a autoavaliar-se e a traçar metas para si (a autorregular-se); - salienta, de cada vez, um aspeto da qualidade (ajudando o aluno a focar-se) e implica o aluno na autorreflexão. Deste modo, favorece a autoeficácia do aluno evidenciando relações entre a qualidade do trabalho e o esforço desenvolvido. Este passo serve também a reorganização das ações de ensino e de apoio à aprendizagem por parte do professor, a partir da recolha, organização e interpretação da informação.

**Instrumentos de avaliação** – São dispositivos/ ferramentas concretas de recolha de informação no processo de avaliação. Podem assumir várias formas: trabalho de pesquisa, projeto, rubrica de avaliação, grelhas de observação, mapas mentais e conceptuais, relatório, portefólio, teste em duas fases, *wiki* (e outros mecanismos eletrónicos que permitem o trabalho colaborativo), formulário eletrónico, *Kahoot* e outras formas de “gamificação”, teste tradicional, etc. Na perspetiva da avaliação formativa, devem permitir um *feedback* ao aluno que não se limite a uma nota ou menção.

**Rubricas** – são orientações importantes, para que os alunos possam regular e autorregular os seus progressos nas aprendizagens que têm de desenvolver. Numa rubrica, deveremos ter sempre dois elementos fundamentais: - um conjunto coerente e consistente de critérios que se considera traduzirem claramente o que é desejável que os alunos aprendam; - um conjunto muito claro de descrições de níveis de desempenho para cada um desses critérios. Permitem desenvolver uma avaliação de referência criterial, podendo ser utilizadas no contexto da avaliação para as aprendizagens (formativa) e das aprendizagens (sumativa); podem ser utilizadas para mobilizar informação para efeitos da atribuição de classificações.

**Tarefas** (simultaneamente de ensino, de aprendizagem e de avaliação) – devem ser criteriosamente selecionadas e diversificadas, representando os domínios ou os temas estruturantes do currículo, ativando os processos mais complexos do pensamento (por exemplo, analisar, sintetizar, avaliar, relacionar, integrar, selecionar, criar

**Técnica de avaliação** – Forma de recolher informação no processo de avaliação.

## **Referências legislativas**

- Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória: O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória afirma-se como “documento de referência para a organização de todo o sistema educativo, contribuindo para a convergência e a articulação das decisões inerentes às várias dimensões do desenvolvimento curricular”.
- Decreto-Lei nº 54/2018 de 6 de julho: estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.
- Decreto-Lei nº 55/2018 de 6 de julho conjugado com o Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho: estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- Portaria n.º 223-A/2018 de 3 de agosto: procede à regulamentação das ofertas educativas do ensino básico, previstas no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, designadamente o ensino básico geral e os cursos artísticos especializados, definindo as regras e procedimentos da conceção e operacionalização do currículo dessas ofertas, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens, tendo em vista o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- Portaria n.º 226-A/2018 de 7 de agosto: procede à regulamentação dos cursos científico-humanísticos, a que se refere a alínea a) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, designadamente dos cursos de Ciências e Tecnologias, (...), Línguas e Humanidades e de (...), tomando como referência a matriz curricular-base constante do anexo VI do mesmo decreto-lei. Define ainda as regras e procedimentos da conceção e operacionalização do currículo dos cursos previstos no número anterior, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens, tendo em vista o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho: homologa as Aprendizagens Essenciais referentes ao Ensino Básico.
- Despacho n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto: homologa as Aprendizagens Essenciais referentes ao Ensino Secundário.

## **Bibliografia:**

Fernandes, 2021, Folha de apoio à formação - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação (MAIA). p. 6).

Harlen, W. (2006). On the Relationship Between Assessment for Formative and Summative Purposes. In J. Gardner (Ed.) *Assessment and Learning*. (pp. 103-117) Londres: SAGE Publications.

Hattie, J., & Timperley, H. (2007). The Power of Feedback. *Review of Educational Research*, 77(1), 81–112.

Wiggins, G. (2012). Seven keys to effective feedback. *Feedback for Learning–Educational Leadership*, 7(1), 10–16.

**Quadro V– Critérios de avaliação transversais e níveis de desempenho**

<b>Quadro V– Critérios de avaliação transversais e níveis de desempenho</b>				
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	<b>NÍVEIS DE DESEMPENHO</b>			
<b>TRANSVERSAIS</b>	<b>Desempenho M. Bom</b>	<b>Desempenho Bom</b>	<b>Desempenho Suficiente</b>	<b>Desempenho Insuficiente</b>
<b>Conhecimento e comunicação</b>	<p>Demonstra um conhecimento abrangente e profundo sobre conceitos, teorias, princípios e as aprendizagens lecionadas.</p> <p>Explica de forma detalhada e precisa os tópicos estudados.</p> <p>Comunica as suas ideias de forma clara, precisa e organizada, demonstrando habilidades de comunicação oral e escrita</p>		<p>Demonstra uma compreensão básica dos conceitos e conteúdos estudados, mas ainda apresenta algumas lacunas ou dificuldades em relação a conceitos mais complexos.</p> <p>Apresenta respostas parciais e superficiais, revelando uma compreensão limitada dos temas abordados.</p> <p>Aplica os conceitos de forma limitada e muitas vezes restrita a exemplos específicos apresentados em sala de aula.</p>	
<b>Rigor</b>	<p>Produz trabalhos e projetos de elevada qualidade, demonstrando criatividade, originalidade e excelência na execução.</p> <p>Apresenta argumentos sólidos e bem fundamentados, utilizando fontes</p>		<p>Atende aos critérios mínimos estabelecidos para a realização das tarefas, mas pode haver algumas lacunas ou inconsistências na execução.</p>	



**Quadro V– Critérios de avaliação transversais e níveis de desempenho**

<b>Quadro V– Critérios de avaliação transversais e níveis de desempenho</b>				
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	<b>NÍVEIS DE DESEMPENHO</b>			
<b>TRANSVERSAIS</b>	<b>Desempenho M. Bom</b>	<b>Desempenho Bom</b>	<b>Desempenho Suficiente</b>	<b>Desempenho Insuficiente</b>
	confiáveis e referências adequadas para sustentar suas afirmações.			
<b>Comunicação e participação</b>	Demonstra autonomia e iniciativa no processo de aprendizagem, buscando novos conhecimentos e assumindo uma postura proativa em relação aos estudos.  Expressa-se com clareza, eloquência e de forma articulada, utilizando uma linguagem adequada ao contexto e transmitindo suas ideias de maneira persuasiva e envolvente.			
<b>Cidadania</b>	Promove o diálogo e a escuta ativa, respeitando diferentes opiniões e contribuindo para a construção de consensos em situações de conflito.  Age com ética e honestidade na sua relação com os colegas, professores e demais membros da comunidade escolar, demonstrando valores éticos sólidos.			

**Quadro V– Critérios de avaliação transversais e níveis de desempenho**

<b>Quadro V– Critérios de avaliação transversais e níveis de desempenho</b>				
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	<b>NIVEIS DE DESEMPENHO</b>			
<b>TRANSVERSAIS</b>	<b>Desempenho M. Bom</b>	<b>Desempenho Bom</b>	<b>Desempenho Suficiente</b>	<b>Desempenho Insuficiente</b>
	Participa ativamente em projetos e trabalhos em grupo, colaborando de forma proativa, assumindo responsabilidades e contribuindo para o alcance dos objetivos comuns. contribui para a construção de um ambiente inclusivo e respeitoso, valorizando as contribuições de todos os membros da comunidade escolar, independentemente de suas diferenças.			